

IMAGINANDO A PAISAGEM URBANA DE OEIRAS DO PIAUÍ (1697-1762)¹

Esdras ARRAES²

Resumo

A História da paisagem colonial brasileira privilegiou o estudo de núcleos urbanos localizados em áreas cujas atividades econômicas mobilizaram o interesse da Coroa portuguesa. Cidades e vilas associadas à cana-de-açúcar plantada na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, assim como aqueles núcleos fundados em áreas de mineração de Minas Gerais entram nesse bojo empírico. Aquelas vilas que surgiram nos sertões da pecuária apresentaram, até um passado muito recente, poucas pesquisas. Assim, o objetivo deste artigo é analisar a paisagem urbana de uma dessas povoações "marginais" – Oeiras do Piauí – a primeira cidade mais interiorizada do Estado do Maranhão. A hermenêutica da paisagem vale-se da documentação coeva e da cartografia desenhada no século XVIII. Busca-se, com isso, desconstruir a paisagem urbana de Oeiras desde sua origem, como freguesia, até sua oficialização como cidade, sempre destacando as operações sociais e seus agentes como basilares à sua materialidade. Parte-se, também, de metodologia com enfoque multidisciplinar, gravitando nas dimensões da Geografia Humana e Cultural, Arquitetura, Arqueologia, Urbanização, História e Fenomenologia.

Palavras-chave: Paisagem. Oeiras do Piauí. Multidisciplinaridade. Urbanização.

Resumen

Imaginando el paisaje urbano de Oeiras del Piauí (1697-1762)

La Historia del paisaje colonial brasileño ha privilegiado el estudio de poblaciones ubicadas en áreas cuyas actividades económicas movilizaran el interés de la Corona de Portugal. Ciudades y villas asociadas a la caña plantada en Bahia, Pernambuco y Rio de Janeiro, así como aquellas poblaciones fundadas en áreas de minería de Minas Gerais entran en esa regulación empírica. Aquellas poblaciones que han surgido en regiones de creación de ganado han presentado, hasta un pasado muy reciente, pocas investigaciones. Así que la intención de este artículo es analizar el paisaje urbano de una de una ciudad instalada en esa región "marginal" – Oeiras del Piauí – la primera ciudad más interiorizada del Estado del Maranhão. La hermenéutica del paisaje se presta de la documentación coetánea y de la cartografía dibujada en el siglo XVIII. Se busca "des-construir" el paisaje de Oeiras desde su origen como parroquia hasta su oficialización como ciudad, siempre destacando las operaciones sociales y sus agentes como fundadores a su materialidad. Se parte de metodología interdisciplinar gravitando en las dimensiones de la Geografía Humana y Cultural, Arquitectura, Arqueología, Urbanización, Historia y Femenología.

Palabras claves: Paisaje. Oeiras del Piauí. Interdisciplinaridad. Urbanización.

¹ Este ensaio faz parte de uma pesquisa mais ampla desenvolvida junto à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP), em nível de doutorado. Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio à conclusão dessa pesquisa sobre as paisagens dos sertões do Nordeste brasileiro.

² Arquiteto e Urbanista. Doutorando na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU USP - Bolsista FAPESP - Rua Sena Madureira, 1225. Apto. 1210. Vila Clementino. São Paulo –SP - CEP.: 04021-051. E mail: esdrasarraes@usp.br

IMAGINANDO PAISAGENS...

Geógrafos, arquitetos e historiadores preocupados em descrever a paisagem urbana e as tessituras sociais de vilas e cidades coloniais deparam-se com muitos hiatos deixados pelas fontes manuscritas e iconográficas, as quais, muitas vezes, não formam uma sequência temporal lógica, dificultando as interpretações dos processos que fundamentaram as transformações urbanas no decorrer dos anos. À luz das fontes catalogadas, resta imaginar como tais assentamentos estruturaram-se a partir das relações operadas entre os agentes e o lugar, entre o homem e o mundo circundante; sem esquecer que as relações humanas imprimem alianças, acordos, tensões e conflitos, às vezes imperceptíveis nos textos ou imagens, mas evidentes empiricamente na localização de determinados elementos urbanos na paisagem. Dessa forma, o ato de imaginar cria mundos, sendo considerado neste ensaio como a projeção consciente de objetos posicionados como possibilidades, isto é, atos essenciais de imaginação empregados como mediação do conhecimento e entendimento das coisas (CASEY, 1971, p. 476). A imaginação e a visão estão conectadas entre si, de modo que "ver" implicaria experimentar o mundo por meio da imaginação; e a expressão da imaginação se dá por meio da criação de imagens mentais ou iconográficas (COSGROVE, 2008, p. 15).

Imaginar as paisagens de Oeiras do Piauí, a partir de sua oficialização como freguesia, em 1697, até o ano de 1762 (já com o foro de cidade), será o foco de análise deste ensaio, fruto de mais de seis anos de pesquisa dedicada às representações dos "Certoens" das capitanias do Norte e do Estado do Maranhão. Faz-se, portanto, um exercício de "arqueologia da paisagem", tendo como mediação hermenêutica os discursos presentes em textos, mapas e fotografias, cujo argumento direto ou indireto, refira-se às mutações urbanas da cidade em análise.

Oeiras, antes vila da Mocha, gravitou, desde sua origem, em dimensões controladas por agentes sociais (civis e eclesiásticos) que ora acordavam em suas práticas, ora seguiam táticas diametralmente opostas. Essas operações registraram à paisagem tensões e acordos, dicotomia comum aos processos de urbanização do Brasil colonial. Uma reconstrução aproximada da paisagem urbana da primeira capital da capitania de São José do Piauí vale-se da documentação localizada no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa digitalizada pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Com respeito ao Piauí, já transcrevemos cerca de 200 documentos oficiais que abordam assuntos diversos, mas sempre convergentes à ideia de paisagem adotada em nossos estudos, veiculada à multidisciplinaridade como aporte epistemológico.

Parte-se de pressuposto metodológico transdisciplinar, orbitando entre diferentes campos do saber como a Geografia Humana e Cultural, a Arquitetura, a Arqueologia, a História Cultural e Econômica e a Fenomenologia. O historiador francês Bernard Lepetit (2001, p. 31) considerou as diferentes disciplinas como atuantes no mesmo tipo de conhecimento, e que entre elas as inter-relações são múltiplas e os limites jamais estanques. Na mesma linha, o arquiteto argentino Ramón Gutierrez (1982) apontou que o enfoque multidisciplinar não restringe os resultados a visões parciais que poderiam empobrecê-los.

De fato, a paisagem é uma categoria do conhecimento fluída, movediça e plástica. Algumas abordagens fundamentam-se nas chaves estética e ética, campos que aqui serão tocados lateralmente, pois privilegiamos a construção social da paisagem ou o resultado simbólico-material das transformações do mundo operadas pelo homem, muitas delas comunicando profundos jogos de poder entre os envolvidos no processo.

A Geografia vem desenvolvendo ao redor desse tema um produtivo debate desde a segunda década do século passado. Aqui situamos a proposta do geógrafo

cultural inglês Denis Cosgrove (1998, p. 05), quando em seu *Social Formation and symbolic landscape* chamou a atenção aos aspectos materiais da paisagem ou a objetificação de relações sociais e do imaginário humano. Paisagem, para Cosgrove, seria um mundo mediado pela experiência do olhar, uma construção material do imaginário, este considerado como o principal meio de modificação da Terra e da existência humana. Na mesma linha, o historiador Simon Schama (1995, p. 14) relacionou a paisagem a uma “maneira de observar” (*way of looking*) culturalmente apreendida em mitos, na memória, no discurso e nas obsessões. Sendo assim, a visão incorpora tanto aspectos biológicos e físicos como o registro empírico de mundos externos, por projetar imagens derivadas da cognição e imaginação humanas (COSGROVE, 2008, p. 05).

Ainda na Geografia, há os estudos de Milton Santos (2009), nos quais a paisagem é compreendida como um conjunto de formas que, num dado momento, exprime heranças que representam sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. Ela teria uma qualidade transtemporal, reunindo, superpondo e excluindo objetos passados e presentes, uma construção transversal (SANTOS, 2009, p. 103). Santos articula a paisagem ao já batido tema do palimpsesto³ onde, mediante acumulações e substituições, a ação de diferentes gerações se superpõe cristalizada nas “rugosidades” do lugar, isto é, o tempo histórico empiricizado e perceptível aos olhos do observador. A paisagem, assim, adquire um qualitativo histórico, contendo referências de eventos pretéritos, muitos deles apresentados sutilmente em símbolos ou imaterialidades, como a memória e as narrativas dos habitantes (BENDER, 2002, p. 136).

No âmbito da Arqueologia as definições são também flexíveis, porém o social, o material e o simbólico tornam-se a base comum de determinadas abordagens analisadas. Marisa Lazzari (2010, p. 54) menciona a paisagem mais que um simples plano de fundo do desenvolvimento humano. Trata-se de uma coleção de fatores humanos e não humanos (objetos e elementos do meio ambiente, por exemplo) que configuram o concreto e imaginam lugares compostos de mundos sociais. Seria uma entidade viva e dinâmica, compartilhada e contestada por meio de práticas sociais como as tarefas do cotidiano, as cerimônias, a circulação e troca de objetos e ideias vindos de localidades muito distantes. Na mesma direção de Lazzari, os arqueólogos Anna Agbe-Davies e Alexander Bauer (2010, p. 18) opinam a paisagem como uma ativa dimensão da vida social formada pela circulação de pessoas e itens dentro dela. Juntos - pessoas e cultura material - criam uma rede de experiências onde os significados dos agentes e dos lugares envolvidos estão continuamente em transformação. Dentro dessa lógica, os arqueólogos consideram a circulação, a troca, os fluxos de pessoas, artefatos e ideias como atos comunicativos da cultura, o que eles nomearam de “paisagem da circulação” (LAZZARI, 2010, p. 61). Com efeito, o movimento produz paisagens. E o ato de atravessar lugares, quaisquer que sejam as escalas geográficas, converte-se numa mediação fenomenológica de conhecimento, interpretação e modificação do território em paisagem (CARRERI, 2002, p. 11).

Portanto, imaginário, relações sociais, trocas culturais e materiais comportam os fundamentos adotados à compreensão das paisagens de Oeiras durante o recorte cronológico proposto. Veremos como a documentação oficial coeva descreveu uma

³ Palimpsesto era um pergaminho ou papiro cujo texto primitivo foi raspado, para dar lugar a outro. Definição tirada de HOUAISS, Antônio. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 2111. Ainda sobre a metáfora do palimpsesto, o historiador inglês W. G. Hoskins (1985, p. 50) revelou a paisagem como o incorporamento material das atividades humanas, um “palimpsesto” irrevogavelmente permeado de tempos que permitem decifrar as assinaturas dos eventos anteriores.

cidade dinâmica forjada numa complexa textura social, cujas relações extrapolavam os contornos políticos da capitania, comarca ou município. Faremos um breve percurso histórico pelas trajetórias das hierarquias urbanas do núcleo, iniciando em sua primeira fase, como freguesia, até culminar em sua conversão, por Carta Régia de 1761 do rei D. José I, à qualidade de cidade.

A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA

A fixação dos colonos nos sertões das Capitanias do Norte foi motivada, inicialmente, pela pecuária através da instalação de currais e fazendas de criação seguindo o curso das principais ribeiras. Já em meados do século XVII, as margens dos rios São Francisco, Itapicurú, Real e Vaza-Barris, por exemplo, foram ocupadas por uma população oriunda do litoral baiano ou da Zona da Mata pernambucana. Até então, o reconhecimento *de juri* dessas imensas áreas pela Coroa portuguesa ocorreu através da concessão de sesmarias a um reduzido número de sesmeiros⁴, os quais estavam mais preocupados em dilatar seus domínios fundiários e o número de reses de seus currais do que em estimular o cultivo *de facto* das zonas concedidas legalmente.

O poder desses homens sobre a terra provocou sérios agravantes fundiários e constante instabilidade com as sociedades indígenas habitantes seculares do território. Não apenas: deslizava-se pelas mãos da Coroa o controle efetivo da região. Por essa razão, eram urgentes medidas mais incisivas nos sertões ou a adoção de políticas viáveis ao fracionamento regular do território, como preconizava as Ordenações do Reino. Une-se a tais episódios os descobertos auríferos no final do Seiscentos em localidades que pertenceriam à futura capitania de Minas Gerais. Às vistas da Coroa, os sertões das capitanias do Norte tornaram-se espaços de fácil deslocamento ilegal do ouro e, por conseguinte, não poderiam passar despercebidos. Com efeito, a resolução mais eficaz, pelo menos em tese, seria a oficialização de povoações aos *status* de freguesia, julgado ou vila. As freguesias ou paróquias foram, inicialmente, preferidas, por demandar menos recursos pecuniários da Fazenda Real, ao passo que os próprios fregueses se comprometiam a pagar os emolumentos aos padres designados pelos bispos. Além disso, como o estudo de Murillo Marx (1991) apontou, a presença marcante em nossa paisagem de capelas, igrejas e conventos ilustra a iniciativa tomada pela Igreja Católica na expansão das fronteiras dos domínios portugueses na América. A disseminação desses edifícios pios no processo de urbanização brasileira representou a objetificação de uma série de acordos de benefícios mútuos firmados entre a Santa Sé e a monarquia portuguesa, desde os tempos medievais (MARX, 1991, p. 17). Tais acordos, como afirmou Caio Boschi (1986, p. 02), seriam a confirmação da autoridade dos reis sobre os negócios eclesiásticos, tirando proveito da cristandade para a implementação dos seus projetos coloniais.

Nos sertões em estudo, existiram duas modalidades de freguesia que aqui esboçaremos. A primeira, mais comum, foi o **curato amovível**, cuja administração dos sacramentos, registros paroquiais e cobranças dos dízimos eram agendas do cura, cujo sustento derivava-se de donativos conhecidos como pé-do-altar. A segunda era a **paróquia colada**, título concedido pelo rei após criteriosa seleção de igrejas e de párocos, e sua escolha não era feita ao acaso (FONSECA, 2011, p. 100). Os

⁴ Dentre esses agentes podemos elencar a família Dias d'Ávila (Casa da Torre), os Guedes de Brito (Casa da Ponte), Domingos Afonso Mafrense e Julião Afonso Serra.

vigários das freguesias coladas eram funcionários régios, participando da folha eclesiástica da Fazenda Real por receber a cômputo, isto é, um ordenado que oscilava entre 50 e 200 mil réis. A cidade de Oeiras passou pelos predicamentos de curato e freguesia colada em momentos históricos chave dos processos de urbanização dos sertões piauienses. A mudança de *status* ou hierarquia repercutiu diretamente no remodelamento da edificação (principalmente em seu altar-mor), na paisagem urbana da cidade e em seu papel desempenhado nas políticas régias de controle do território da capitania do Piauí e circunscrições limítrofes.

Em 1695, o bispo de Pernambuco, D. Frei Francisco de Lima, através de missivas enviadas ao rei D. Pedro II, deixou claro sobre os agravantes sociais e fundiários dos sertões de sua diocese. Na sua opinião, uma das maneiras de remediar os males sofridos por aquela sociedade, que vivia em fazendas de gado dispersas uma das outras léguas e léguas, seria "...povoarem aquellas Terraz, reduzindoas a Collonias, e Povoaçõens..." (ENNES, 1938, p. 349). A criação de sólidas comunidades no interior pernambucano garantiria, como projeto, dois objetivos. O primeiro, referia-se à ocupação de áreas que escapavam do controle da Coroa por estarem sob o domínio de poderosos senhores (como a Casa da Torre) ou de seus associados. A oficialização de núcleos urbanos possibilitaria a redução de injustiças sociais e o parcelamento das terras uniformemente. No entanto, como exemplo de Estado mercantilista, Portugal se interessou em fundar povoações nos sertões para "...lucrar grandes conviniências a fazenda de Vossa Magestade..." (ENNES, 1938, p. 349) em detrimento da crise econômica sofrida pela queda do preço do açúcar no mercado internacional e dos gastos feitos com a guerra de Reconquista (1640).

Dentre as povoações fundadas sob a qualidade de curato amovível situamos a de Nossa Senhora da Vitória e a de São Francisco das Chagas do Rio Grande do Sul, ambas em 1697. Esta implantada nas margens do rio São Francisco, no caminho que conectava o interior pernambucano à região das minas gerais. Aquela, encontrava-se no epicentro do Piauí, cortada por três importantes vias que ligavam a nova localidade ao Maranhão, Pernambuco e Bahia. A posição no território da igreja de Nossa Senhora da Vitória foi precisa, sendo definida segundo as necessidades e comodidades dos principais moradores – os "homens-bons" do Piauí – compostos, na maioria, de procuradores e/ou rendeiros da Casa da Torre ou de Domingos Afonso Mafrense:

... e detriminarão, que se fundage, e fizeçe a Igr.ia no Breyo, chamado a Mocha por ser a parte mais conveniente aos moradores de toda a Povoação, ficando no meio della com iguais distâncias, e Caminhos para todos os riachos e partes povoadas (...) se elegeu para lugar de Ig.ia e Cazas do R.do, o taboleiro que se acha pegado a passayem do Jatubá... (ENNES, 1938, p. 364).

O brejo da Mocha, formado por um riacho que serpenteava o terreno da paróquia, foi o local escolhido pelos moradores para a edificação do templo católico. Era um sítio "conveniente", ou seja, acessível por estar "no meio della [igreja] com iguais distâncias, e caminhos", demandando deslocamentos mais curtos da população estruturada, naqueles anos finais do Seiscentos, por cerca de 605 pessoas, entre índios, brancos, negros escravos e mestiços, distribuídas em 129 sedes de fazendas de gado (ENNES, 1938, 370). Conveniente, também, no sentido de "decente" (BLUTEAU, 1721, 526), um lugar plano e nas proximidades de cursos fluviais. Vale lembrar que os rios desempenharam um papel preponderante na localização, desenvolvimento e imagem dos núcleos urbanos coloniais, conferindo-lhes uma configuração específica e um valor simbólico determinante, cuja relação *urbis x fluminis* construiu um sistema indissociável (SARAIVA, 1987, p. 461). Recordemos de cidades como São Luiz, situada nas proximidades do rio Anil; de Recife implantada nas margens do

rio Capibaribe; da vila de índios de Santa Maria, erigida na ribeira do rio São Francisco; de Aracati, projetada em 1748 nas bordas do rio Jaguaribe, assim como muitos outros assentamentos humanos que viam os rios uma mediação de sua existência. Isso nos faz pensar que a igreja de Nossa Senhora da Vitória foi construída segundo lógicas utilitárias e éticas, transparecendo nos discursos da paisagem original de Oeiras.

Thomé de Carvalho e Silva foi o primeiro cura da freguesia designado pelo bispo de Pernambuco. Desde a fundação e construção da pequena igreja, esse agente social participou ativamente nas transformações da paisagem urbana de Oeiras e de partes da capitania do Piauí, como a ribeira do rio Itaim onde possuía fazendas e currais de gado. No princípio como paróquia, a fisionomia do arraial assemelhava-se a uma instalação rural, contando apenas com o templo católico e a casa do padre, cujo chão de terra, ou lote, havia sido demarcado no mesmo dia da delimitação do adro. De dimensões reduzidas, com 24 palmos de comprimento por 12 palmos de largura, a igreja matriz foi erguida com materiais simples "...de taypa, e cuberta de pindoba por ser parte adonde não ha telhas...", e situada num terreno sacralizado de 100 passos de comprimento por 60 passos de largura (Figura 1).

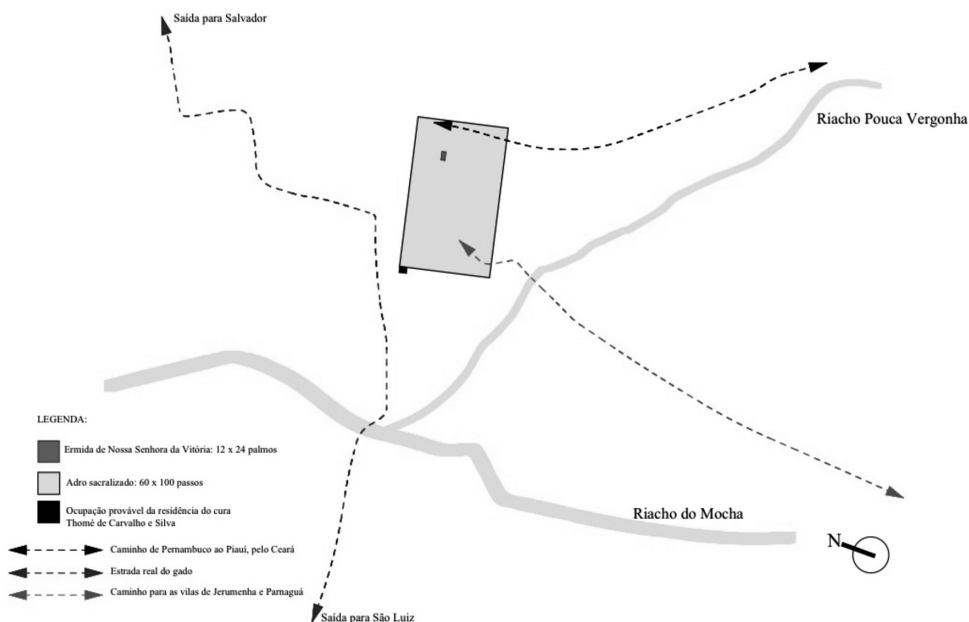


Figura 1 - Provável ocupação da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, em 1697

Desenho do autor sobre cartografia fornecida pela Prefeitura da cidade de Oeiras - PI. Planta sem escala.

O novo curato simbolizou mais que a expansão do catolicismo nos sertões indefinidos do bispado de Pernambuco. Representou o escrutínio régio em territórios subordinados à autoridade do senhorio, que equacionavam a ordem social vigente ancorada por relações clientelares submetidas à regras estritas de dependência e

lealdade substanciadas no universo da violência (PUNTONI, 2002). Destarte, injustiça social, crimes e irregularidade fundiária formularam uma parte do cotidiano dos sertanejos subordinados a esse sistema de viver.

Como frisado por Roberta Delson (1997), essas zonas não poderiam ficar sem supervisão, cabendo à Coroa a homologação de medidas cabíveis ao funcionamento de um programa legislativo capaz de reformar as lógicas de manejar a terra, ou melhor, seria estendida a autoridade do rei às regiões antes controladas pelos poderosos fazendeiros. A igreja do brejo da Mocha tornou-se, sob essas circunstâncias, o símbolo da tentativa de administrar as relações operadas entre os habitantes dos sertões e a paisagem. Some-se a isso, a publicação da Carta Régia de 20 de janeiro de 1699, na qual D. Pedro II reconhecia as dificuldades enfrentadas pelos colonos incapacitados de cultivar a terra "...por estarem dadas a duas ou tres pessoas particulares que cultivão as terras que podem deichando [sic] as mais devolutas sem consentirem que pessoa alguma as povoe..." (AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1771). A ordem régia decretava que sesmarias incultas poderiam ser denunciadas e requisitadas pelo denunciante, desde que a parcela pedida não ultrapassasse a dimensão recomendada pelas Ordenações do Reino: "...tres legoas em cumprido e huã de largo ou legoa e meia em quadra..." (AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1771). O rearranjo das sesmarias era um estímulo à produção numa escala mais ampla, porque buscava legitimar a posse das terras àqueles agentes antes impedidos pela violência dos mandatários. Seria um interessante mecanismo político que visava povoar *de juri* e *de facto* áreas desconhecidas pelos europeus, contribuindo, dessa forma, com a transformação das vastidões imprecisas em territórios definidos.

A relação entre a Coroa portuguesa e os sertões do Piauí intensificaram em 1701, quando o curato foi convertido em freguesia colada. A partir daquele momento o padre deixava de ser o cura das almas, agora convertido em vigário colado⁵, participante anual da folha de pagamentos eclesiásticos da Coroa. A colação da paróquia de Nossa Senhora da Vitória seguiu estratégias geopolíticas bastante precisas. Como apontou Dom Oscar de Oliveira (1964) e reiterado por Cláudia Damasceno Fonseca (2011), o Estado português tinha interesse em restringir as igrejas coladas a fim de não pagar as côngruas, instalando-as quando convinha por algum motivo político-econômico, e, dessa forma, a eleição não era produto do acaso. De maneira que esse fenômeno apareceu com maior incidência nas zonas de plantação de açúcar de Pernambuco e Bahia e nas áreas de mineração de Minas Gerais. Nos sertões dos currais de gado, as colações foram pontuais até a segunda metade do século XVIII. No período subsequente da administração do marquês de Pombal, essa modalidade passou a ser comum em diferentes partes do interior das capitanias do Norte, em especial nas vilas de Índios fundadas após a homologação do Diretório dos Índios de 1757.

Segundo a documentação compulsada até o momento, tudo indica que a nomeação do primeiro vigário, Thomé Carvalho e Silva, tenha se fundamentado por dois motivos. O primeiro dizia respeito às especificidades das políticas régias implementadas em 1699 relativas ao controle territorial e fundiário das zonas

⁵ Essa nomeações indicavam o rigor das hierarquias no âmbito dos cargos civis ou eclesiásticos durante o período colonial. O próprio vigário Thomé de Carvalho e Silva, em requerimento ao rei D. João V, relacionou a precisão dos títulos de cura e vigário colado que não deveriam ser confundidos: "Diz o P.^o Thome Carvalho e S.^a vigário Colado nesta igreja Matriz de N. Sr.^a da Victoria da Capitania do Piahuy q' elle ha trinta annos ou pouco mais exercita a d.^a occupação, havendo m.^{tos} annos antes sido cura da d.^a igreja desde o tempo da sua creação, em cujo curato estava quando V. Mag.^{de} tomou a Igreja p.^a o seu Padroado, e logo ordenou se colasse o supp.^o consignando lhe setenta e sinco mil rs. de côngrua p.^a sy e mais quinze p.^a hum Sacristão..." (AHU_ACL_CU_016, Cx. 2, D. 93).

interiorizadas das capitânicas do Norte. A segunda razão refere-se à colação como uma mercê régia gratificada ao padre, em razão de seus empreendimentos particulares à colonização portuguesa. Já em 1699, dois anos após a criação do curato, Thomé Carvalho reuniu, "...com dispendio do pouco q' tinha, algum povo, q' com nossas próprias mãos, a falta de ofertas e cabedais fizemos outra igreja mayor, e com mais segurança, q' a antiga..." (AHU_ACL_CU_016, Cx. 2, D. 96). Além disso, ele estabeleceu três aldeamentos missionários em precisas partes do Piauí a favorecer a urbanização das ribeiras por sítios e fazendas, pois às vistas da Coroa portuguesa, o índio "domesticado" e catequizado significava territórios propícios à expansão da pecuária e das fronteiras dos seus domínios. Com efeito, nas proximidades do rio Itaim o vigário congregou a nação dos Jaicós e Icós, dando-lhes "...Missionario o Pe. Manuel da Sylveira Serpa; pello Rio Poty o invadião os valerosos Uruares a quem buesquei para Missionario o Pe. Paschoal da Sylveira Froys, em cuja Aldeia meti tambem, depois de parochiado, o gentio Longa..." (AHU_ACL_CU_016, Cx. 2, D. 96). Finalmente, na passagem de Santo Antônio, estratégico nó viário de condução das boiadas e trajeto de comerciantes para a capitania do Maranhão, foi introduzido em missão religiosa os indígenas Anúpúru Goaçú e Meri sob a tutela do cura Manoel Oliveira Teyo [sic] (AHU_ACL_CU_016, Cx. 2, D. 96).

A conversão de curato em freguesia colada passava o ônus de sustentar o pároco e as reparações estruturais da igreja dos fregueses ao poder régio. O novo status permitiu a substituição das paredes de taipa a estruturas de pedra. As alterações arquitetônicas empreendidas pelo vigário Thomé de Carvalho, por volta de 1728, repercutiram não só na escala do edifício, como também na paisagem urbana da povoação. Nesse ano, já com o predicamento de vila adquirido em 1712, havia cerca de 90 moradias "...e alguãs por fora, que farão cento e vinte..." (MARTINS, 1944), além da igreja matriz, do açougue público e da praça que definiam os contornos da vida diária dos habitantes.

A VILA DA MOCHA E SUAS PAISAGENS

O Império português expressou a posse dos sertões brasileiros através da criação de uma rede de vilas precisamente instaladas segundo a normativa régia, cujas políticas assegurariam o controle de áreas sem autonomia administrativa. Como frisado por Renata Malcher de Araújo (2000, p. 103), a rede urbana no Brasil colonial significava a ocupação política do território revestida de prioridade sobre o povoamento. Em alguns casos, uma povoação recebia diretamente do rei o título de vila, sem antes passar pela qualidade de paróquia. Entretanto, tornar-se paróquia parecia imprescindível a outros núcleos urbanos antes da concessão da autonomia municipal.

A freguesia de Nossa Senhora da Vitória recebeu do rei D. João V o status de vila em 1712. Naquele momento batizada de Mocha, sendo o resultado de longos debates entre a sociedade piauiense junto com os poderes administrativos locais e a monarquia portuguesa. O novo *status* político provocou alterações substanciais na paisagem da vila pela introdução dos símbolos da municipalidade – o pelourinho e casa de Câmara e Cadeia. Além desses, outros equipamentos urbanos, erguidos até a primeira metade do Setecentos, evidenciavam a complexidade das relações sociais operadas no núcleo, como o hospício da Companhia de Jesus e a igreja de Nossa Senhora da Conceição, sede de alguma confraria religiosa ainda não identificada.

A criação da vila da Mocha, das condições de sua apropriação, uso e transformação de sua paisagem foram, antes de tudo, produtos das ações de agentes sociais

(REIS FILHO, 1998, p. 485), isto é, determinados pelas dinâmicas do cotidiano, das tensões e alianças firmadas entre os envolvidos no processo, sejam locais ou localizados em Portugal. De fato, a sua fundação enquadrou-se na prática de reforma fundiária regulamentada pela Carta Régia de 20 de janeiro de 1699; na busca em “remediar” as injustiças sociais e na tentativa de expandir o controle territorial para zonas distantes da linha da costa atlântica. Além desses fatores, os núcleos urbanos oficializados a partir do final do século XVII estiveram revestidos por um ideal civilizatório. Eram usuais nos documentos de instalação de vilas termos tais como: “**congregar** os vadios e facinorosos”; “com a criação desta Villa se **atrahirão**”; e “para fim de **recolher** a ellas [vilas] os vadios” [sem grifo no original]. A nova municipalidade adquiria, dessa forma, um estatuto ético que visava o equilíbrio da sociedade formada por agentes de diferentes etnias e culturas e do território pelo qual estava condicionado o seu governo.

Vale lembrar que o ambiente beligerante do Piauí, resultante das injustiças sociofundiárias instauradas entre os pequenos criadores de gado, as comunidades indígenas e os poderosos fazendeiros, moveu a Coroa a orquestrar medidas políticas mais incisivas sobre o território. A decisão foi de “...criar algumas Villas nas partes que achar com pessoas capazes para servirem aos cargos de Officiaes nas Câmaras (...) para sugeytar esta gentilidade ao grêmio da Igreja (...) E desta forma começa a crescer a povoação...” (AHU_ACL_CU_016, Cx. 1, D. 19). Em 1711, D. João V ordenou o ouvidor do Maranhão, Eusébio Capelli, a fundar “...no lugar aonde está a Igreja creiis huma Villa com Senado da Câmara (...) para se administrar a justiça, e se evitarem os delictos que nella se cometem por falta de castigos...” (ABNRJ, 1948, p. 104). A vila da Mocha, porém, seria instalada em 1718 quando a capitania do Piauí foi criada como subsidiária ao Maranhão. Esse parecer não se deu ao acaso, mas foi fruto do escrutínio da Coroa em tentar balancear o quadro fundiário da capitania que, como sabemos, as sesmarias estavam doadas a Casa da Torre e seus associados (ARRAES, 2012, p. 359). Analisando cartas de concessão de sesmarias no Piauí, entre 1699-1750, percebe-se o esforço da Metrópole lusa em distribuir equitativamente as terras, segundo a dimensão legal pré-determinada pelas Ordenações do Reino, com o intuito de minimizar o poder do senhorio sobre a paisagem (ARRAES, 2014, p. 56).

Naqueles anos iniciais, a paisagem urbana da vila da Mocha assemelhava-se a outros assentamentos humanos do Brasil-Colônia, cuja imagem da igreja matriz, erguida geralmente no centro da praça, realçava os propósitos sociopolíticos da Coroa unida com a Santa Sé. À frente do templo religioso encontrava-se o pelourinho construído em pedra. Esse símbolo era o centro geométrico da municipalidade pelo qual o termo, ou circunscrição administrativa, foi estabelecido no ato da fundação. A casa de Câmara e cadeia, porém, funcionaram em edifícios separados. Com efeito, Antônio Marques Cardoso, primeiro ouvidor geral do Piauí, relatou ao Conselho Ultramarino, em 1727, que a maioria dos moradores da vila tinham poucos meios de subsistência e, por essa razão, “...careção que se ajudasse para fazerem cadea, e casa da câmara...” (AHU_ACL_CU_016, Cx. 1, D. 35). A solução encontrada pela autoridade judicial foi “...introduzir cadea em huãs casas em que morava hum official de justiça com o pretexto de guardar os q’ se prendessem...” (AHU_ACL_CU_016, Cx. 1, D. 35).

Ao que tudo indica, segundo a documentação compulsada, a construção da sede da casa de Câmara e cadeia da Mocha foi efetivada ainda na primeira metade do século XVIII. Porém, os seus melhoramentos estrutural e decorativo seriam temática recorrente dos vereadores e outras autoridades até as primeiras décadas do Novecentos, quando a Junta Governativa do Piauí contratou o empreiteiro Pedro Cronemberger para concluir os reparos do edifício (FALLA, 1835, p. 08). Hoje o que vemos na paisagem de Oeiras é o projeto de Cronemberger finalizado em 1845 (Figura 2).



Figura 2 - Edificação que serviu de casa de câmara e cadeia em Oeiras. Hoje sede da prefeitura do município

Foto do autor, abril de 2010.

Outros edifícios se destacaram no espaço intraurbano de Mocha, dinamizando as transformações materiais da vila fora do eixo da praça da igreja matriz. Os novos elementos arquitetônicos assumiram o papel de reordenar as zonas do aglomerado culminando na segregação dos espaços por uso e classe social (FRIDMAN, 1999, p. 15). O hospício e colégio dos jesuítas foi um desses equipamentos incluídos na paisagem antes de 1750. Sua edificação envolveu agentes sociais já atuantes na formação original da vila, como o vigário Thomé de Carvalho e Silva e criadores de gado residentes em seu termo. O sacerdote ofertou "...doze mil cruzados e huã fazenda de gado..." (AHU_ACL_CU_016, Cx. 2, D. 75). O ouvidor Antônio Marques Cardoso reuniu um montante de 46 mil réis para a obra ofertados por João Campello da Fonseca (10 mil réis), Hylário Ribeiro de Carvalho (20 mil réis) e Maria da Encarnação (16 mil réis) (AHU_ACL_CU_016, Cx. 2, D. 75). Isso demonstra a participação ativa dos fiéis na construção de arquiteturas pias e na promoção da religião católica, fato que veio a qualificar a vida doméstica no período colonial brasileiro (AZZI, 2008, p. 234).

Em 20 de abril de 1733, D. João V concedeu a licença ao vigário da vila da Mocha para fundar o hospício e colégio da Companhia de Jesus. Nesse ínterim, auxiliou o projeto com 3 mil cruzados (AHU_ACL_CU_016, Cx. 2, D. 75), em que parte desse pecúlio foi destinado ao mestre pedreiro Domingos Dias da Costa, residente da vila e empreiteiro do plano. Segundo os padres jesuítas instalados no núcleo para tramitar os processos de construção da edificação, o partido arquitetônico, ou como se usava no período colonial, a "fábrica" do templo deveria ter "...o tamanho da igreja matriz desta Villa com sua Sacristia por detrás do Altar-mor como se costuma nos

Colégios dos dittos padres. Tendo também o ditto Hospício de huma parte da ditta igreja huma coadra de Sobrados para cubículos por cima com seu salam de hospedes e por baicho [sic] a oficina deste..." (AHU_ACL_CU_016, Cx. 2, D. 75). Nesse excerto, percebe-se uma prática ou tradição projetual jesuítica. Na opinião do arquiteto Lúcio Costa (1945, p. 27), o programa dos colégios, conventos e hospícios da Ordem contou em dispor vários corpos da edificação em "quadra", estruturando um pátio para a convivência dos religiosos. A igreja alinhada ao cubículo contíguo resultaria numa fachada de único plano, uma linha horizontal harmônica. No entanto, os jesuítas além de serem sensíveis à forma da obra, tinham o cuidado com sua localização, imprimindo um caráter funcional no núcleo urbano ao qual era erguido (FRIDMAN, 1999, p. 16). Pressupõe-se que houve um estudo prévio do lugar a ser estabelecido a construção. Para não competir espacialmente com a igreja matriz, elegeu-se uma área mais afastada, após o riacho Pouca Vergonha. Trata-se de um sítio mais elevado que o terreno da matriz, o cume de um pequeno promontório (ARRAES, 2012, p. 370).

O hospício e colégio dos jesuítas desencadearam a expansão urbana para o eixo norte da vila, urbanizando um área afastada da praça central (Figura 3). Por volta de 1762 essa zona abrigou uma população pobre branca, alguns escravos e negros forros. A ligação entre os dois polos – largo da igreja matriz e vizinhanças da nova edificação jesuítica – era feita por uma pequena ponte de longarinas de madeira sobre colunas de cantaria (FERREIRA, 2010, p. 62). Depois da expulsão dos inacianos do Brasil em 1759, por ordens de D. José I auxiliado pelo conde de Oeiras e futuro marquês de Pombal, a ordem do Rosário dos Homens Pretos obteve a licença para utilizar o templo em seus ofícios religiosos. Na ótica do médico e naturalista inglês George Gardner (1975, p. 125), que havia percorrido os sertões do Norte entre 1836-1838, a construção era "...um grande e belo edifício, ora em ruínas..."

Os rumos da paisagem da vila da Mocha mudaram a partir de 1758, quando a Coroa reformou o território piauiense criando a capitania de São José do Piauí, autônoma da do Maranhão. Foram dois os objetivos dessa decisão régia: o primeiro dizia respeito à vigilância de áreas então controladas pela Companhia de Jesus. Vale lembrar que, em 1711, o possuidor de metade das terras do Piauí, Domingos Afonso Mafrense, doou suas 35 fazendas de gado aos jesuítas de Salvador (NUNES, 1975, p. 137), os quais, desde então, passaram a inspecionar o comércio bovino entre os sertões e a capital da Colônia. De fato, de acordo com João Pereira Caldas, primeiro governador da capitania, a precariedade do território dava-se por "...serem muitas das fazendas dos Padres da Companhia da Bahia, para os quais vay os productos das dittas fazendas, ficando apenas os limitados interesses dos vaqueiros ou feitores que as administração..." (AHU_ACL_CU_016, Cx. 6, D. 378).

Quanto ao segundo motivo, a autonomização da capitania objetivava solucionar as injustiças sociais praticadas pelas autoridades da região vivenciadas pela grande parte da população. Isso alinha-se às ideias de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão: "...acresse tãobem a mesma ruína [do Piauí], os grandíssimos roubos que alguns Ministros, que governão esta Capitania fizerão aos seus moradores..." (AHU_ACL_CU_016, Cx. 6, D. 378).

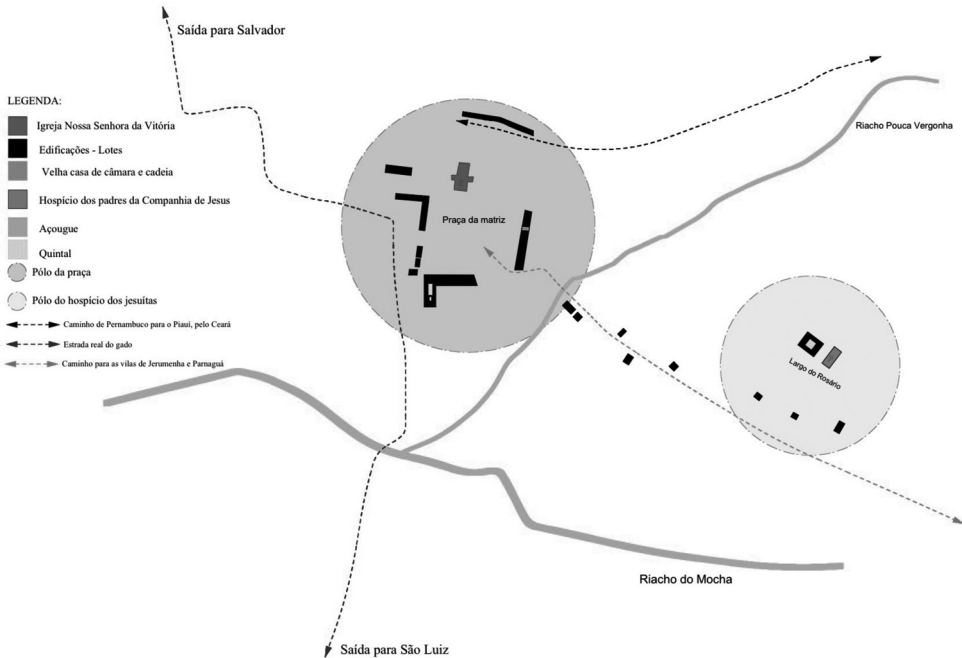


Figura 3 - Paisagem urbana imaginada da vila do Mocha após a construção do hospício dos jesuítas. Distinção de dois pólos de atração e expansão do núcleo urbano

Desenho do autor segundo *Planta da cidade de Oeyras*, cujo original encontra-se no Arquivo Histórico do Exército Brasileiro – RJ.

A reforma territorial e urbana do Piauí foi aprovada por D. José I em Carta Régia de 19 de junho de 1761. O documento oficializou seis novas vilas, antes freguesias: Parnaíba, Campo Maior, Marvão, Valença do Piauí, Jerumenha e Parnaguá. O ápice do reordenamento espacial ocorreu com a elevação da vila da Mocha à categoria de cidade, então rebatizada de Oeiras do Piauí em homenagem a Sebastião José de Carvalho e Melo, o conde de Oeiras e futuro marquês de Pombal. A opção por Oeiras confirmava o interesse de Pombal em centralizar o governo da região em oposição à dominante dispersão dos assentamentos humanos (REIS FILHO, 2000, p. 63). O Piauí, e por extensão os sertões contíguos, subordinavam-se ainda mais às estratégias geopolíticas da Coroa, em tese, a autoridade maior. É interessante destacar ainda que, as cidades do período colonial eram fundadas em pontos especiais do território e do sistema urbano, por isso foram menos expressivas que as vilas, julgados e freguesias. Dentre algumas cidades que o Brasil-Colônia contava até 1760, pode-se listar: Salvador (1549), Filipéia (1585, atual João Pessoa – PB), São Cristóvão (1590), Natal (1599), São Luis (1615), Belém (1616), Olinda (1676), São Paulo (1711) e Mariana (1745).

AS PAISAGENS DE OEIRAS NO CENSO DE 1762

Oeiras se expandiu. Apresentou, em 1762, 270 fogos (ou imóveis) distribuídos em cinco zonas (AHU_ACL_CU_016, Cx. 9, D. 547): Praça, Rosário, ao redor da igreja de Nossa Senhora da Conceição, edificada por volta de 1748, e nos bairros do Caquende e Dezerto (Figura 4). A tessitura social da cidade já era bastante complexa, sendo formada por uma população de diferentes origens étnicas: indígena (num número menos expressivo), africana, europeia e mestiça. A paisagem do núcleo, segundo os aspectos sociais, pode ser imaginada não apenas a partir do fracionamento da cidade em áreas estanques, como corriqueiramente fazem os trabalhos acadêmicos preocupados em estabelecer lógicas rígidas às relações sociais praticadas nas vilas do período colonial.

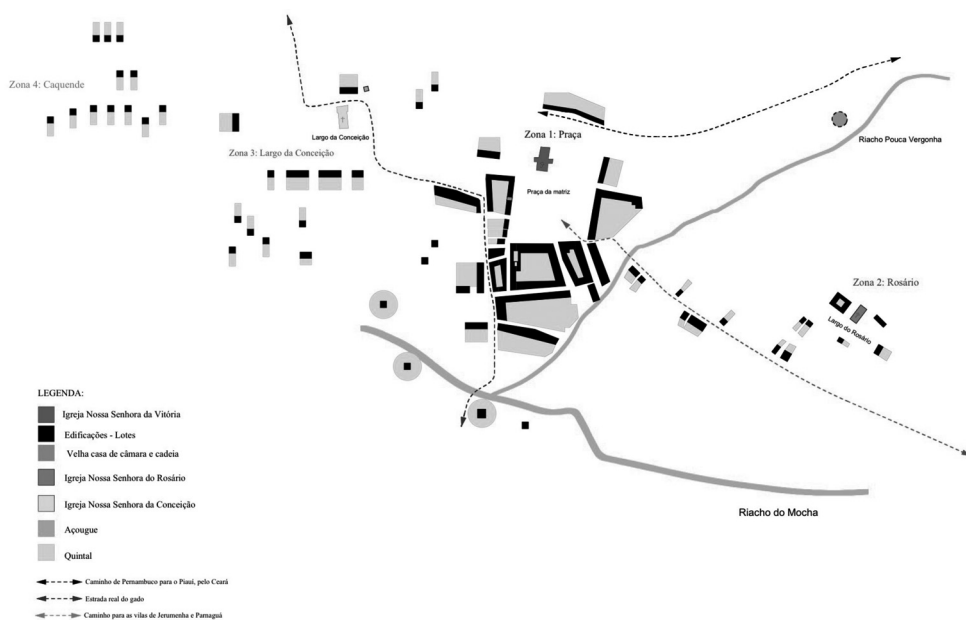


Figura 4 - Ocupação provável da cidade de Oeiras em 1762. Marcação de quatro das cinco zonas existentes na época segundo o censo realizado pelo governador João Pereira Caldas

Desenho do autor sobre cartografia, *Oeyras do Piauí*, localizada no CD-ROM *Vilas e imagens do Brasil colonial*. Planta sem escala gráfica.

Cada paisagem tem sua linguagem. Carrega em sua materialidade elementos que apresentam estruturas de poder, a formação sócioeconômica e simbologias que lhes são próprias. A leitura da retórica de paisagens pretéritas é um exercício complexo e, muitas vezes, imaginativo, deduzido pela inferência de velhas fotografias ou de relatos orais dos habitantes. As escassas séries documentais cartográficas e textuais dificultam a tarefa do arqueólogo da paisagem. Contudo, certas fontes põem luz na aridez documental, tornando nosso labor instigante. Este foi o caso do censo de 1762, localizado pela "brasilianista" americana Mary Karash, transcrito por Marcos Simões Amorim e publicado por Miridan Brito Falci (2000-2001, p. 165-206), referente à população dos espaços urbano e periurbano da cidade de Oeiras. De modo que expo-

remos alguns resultados não peremptórios da análise feita, observando como a sociedade colonial oeirense foi imaginada pelas instâncias do poder local encarregadas de relacionar os moradores em categorias pré-determinadas pela política ilustrada do marquês de Pombal. Consequentemente, notaremos os seus desdobramentos na hierarquização do espaço intraurbano, na formação social e na paisagem em si.

Os censos no período pombalino eram subsídios de controle e conhecimento do território, sendo comum por toda a Colônia a partir da segunda metade do século XVIII. Moldava-se particularmente a maneira pela qual o Estado colonial imaginou o seu domínio – a natureza dos seres humanos por ele governado, a geografia do território e a legitimidade do seu passado (ANDERSON, 2008, p. 227). Os administradores envolvidos no trabalho deveriam informar o número de habitantes, fogos, ocupação, idade, sexo, estado civil, etnia, população escrava e forra, caminhos, rios, riachos, bairros, edifícios religiosos e públicos, engenhos e engenhocas, fazendas, ruas e suas denominações, termo, rossio, roças, milícias, escolas, lugares de índios, entre outras questões (FLEXOR, 1998, p. 262).

Nas cinco áreas de Oeiras existiram separação social por afinidades raciais, profissionais e econômicas, o que Jacques Le Goff (1992, p. 186) chamou apropriadamente de "sociotopografia", relativizando a homogeneidade da população e do conjunto construído. Mesmo em regiões remotas, os núcleos urbanos apresentavam nítidas diferenças sociotopográficas (VASCONCELOS, 2010, p. 103).

Os principais símbolos de municipalidade eram a igrejas, o pelourinho, a casa de Câmara e a cadeia. A matriz "tem seu acento no meyo da praça principal da mesma Cidade de ordinaria grandeza, com duas capellas; dous altares, além do mor, e duas sacristias..." (FALCI, 2000-2001, p. 174). No bairro do Rosário havia a igreja dedicada à santa que carrega o seu nome "...com bastante grandeza, seus altares em cuja obra ainda se continua..." (FALCI, 2000-2001, p. 174) O pelourinho, símbolo da autonomia municipal conquistada em 1712, foi realocado "por ser de antes sentado em lugar menos próprio..." (FALCI, 2000-2001, p. 175), ficando desde então a média distância da matriz e paço do concelho.

A vida urbana adensava-se no circuito da praça e em suas proximidades. Ali, existiam 33 casas onde viveram 114 pessoas, entre estes, membros da elite local e os funcionários do governo. Fazendeiros tinham suas residências de domingos ou dias festivos localizadas nesse lugar da cidade. A praça foi o espaço das casas do governador João Pereira Caldas, de dois tabeliães, de um intendente, de um sargento-mor, do vigário colado, do capitão-mor e, ao nosso ver, do mais rico morador da cidade – o homem de negócios Francisco Barreira de Macedo (FALCI, 2000-2001, p. 171). A população da praça era múltipla, composta por setenta homens (23 escravos e 45 livres) e quarenta e quatro mulheres (26 escravas, 15 livres e três índias agregadas).

As irmandades eram detentoras dos principais edifícios do largo. Alugavam-nos para o governador, desembargador e vigário da matriz, Dionísio José de Aguiar. O palácio do governo, por exemplo, pertencia à irmandade de Santa Anna, sendo cobrado um aluguel de 84\$000 réis (AHU_ACL_CU_016, Cx. 8, D. 504). O desembargador alugava a casa da confraria de São João Nepomuceno. O pároco residia numa residência da irmandade de Nossa Senhora da Vitória.

Em seguida foram arrolados os fogos das ruas que cruzavam o átrio da matriz ou àquelas que lhe eram paralelas: rua Direita, Pataratas, Paço, Poeyra, do Jorge, do Príncipe, Nova das Flores e Nova da Bica. A toponímia indica os usos predominantes nesses espaços ou referências destacadas. Segue a lista com as suas respectivas tessituras social e material:

- Rua Direita: casas: 07; alugadas: 0; homens: 10 (04 livres, 05 escravos e 01 forro); mulheres: 12 (02 livres, 05 escravas e 05 forras).

- Rua das Pataratas: casas: 12; alugadas: 10; homens: 25 (12 livres, 12 escravos e um índio); mulheres: 05 (02 livres, 02 escravas e 01 forra);
- Rua do Paço: casas: 05; alugadas: 02; homens: 08 (05 livres e 03 escravos); mulheres: 03 (02 livres e 01 escrava).
- Rua das Poeyras: casas: 26; alugadas: 12; homens: 42 (27 livres, 14 escravos e 01 forro); mulheres: 25 (11 livres, 11 escravas e 03 forras)
- Rua do Príncipe: casas: 11; alugadas: 02; homens: 06 (04 livres e 02 forros); mulheres: 06 (01 livre, 03 escravas e 02 forras)
- Rua Nova das Flores: casas: 05; alugadas: 02; homens: 08 (05 livres, 01 escravo e 02 forros); mulheres: 13 (07 livres, 04 escravas e 02 forras)
- Rua Nova da Bica: casas: 16; alugadas: 05; homens: 28 (09 livres, 15 escravos e 04 forros); mulheres: 25 (07 livres, 11 escravas e 07 forras)

Além dos cargos régios, no núcleo central e ruas adjacentes existiam oficiais mecânicos e o que hoje denominamos de profissionais liberais (Tabela 1). A presença desses agentes na cidade é indício de uma população permanente, cujas economias derivaram do urbano (comércio, por exemplo) e do periurbano, favorecendo as transformações materiais da paisagem. Seriam, como opinou Nestor Goulart Reis Filho, evidências de uma urbanidade em ascensão (REIS FILHO, 2000, p. 49).

Tabela 1 - Oficiais mecânicos e “profissionais liberais” de Oeiras. Elaboração do autor segundo informações do ACENTO das cazas próprias, e de aluguer q’ ocupa os moradores da Cidade de Oeyras capitannia de Sa’tozé do Piahuy’, Suas Famílias, Pessoas de hum, e outro sexo, mossos, Escravos, Seus Subúrbios...

LOCALIZAÇÃO	OFICIAIS MECÂNICOS E PROFISSIONAIS LIBERAIS
Praça	Cirurgião (01)*, alfaiate (01), ajudante (01)[?]
Rua das Pataratas	Mercador (02), ajudante (01)[?], soldado (01)
Rua do Paço	Homem de negócio (01)
Rua Direita	Taberneiras (02)
Rua das Poeyras	Taberneira (01), carpinteiro (01), mercador (03), soldado (03), sapateiro (01)
Rua do Jorge	Advogado (01), carpinteiro (01)
Rua do Príncipe	Taberneiro (01), advogado (01),
Rua Nova das Flores	Ferreiro e sapateiro (01), vendadora (01)
Rua Nova da Bica	Taberneira (01), alfaiate (01), sapateiro (02)

(FALCI, 2001, p. 174-206). A indicação (...) refere-se a quantidade de profissionais existentes em cada área da cidade.

A segunda zona - o bairro do Rosário - além das residências próximas ao largo da igreja de Nossa Senhora do Rosário (antes hospício e colégio dos jesuítas), existiram outras edificadas em duas ruas (Cadeya Velha e Cadeya Nova, totalizando 36 casas, das quais 10 eram alugadas). Numa delas vivia o carpinteiro Felix Pereyra da Sylva, cuja moradia pertencia ao patrimônio da cadeia, o que nos leva a pensar que o ato de alugar parecia um negócio valorizado por distintas esferas da sociedade oeirense. Ainda no Rosário, uma comunidade de aproximadamente 53 pessoas habitavam 13 moradias. Desses, 25 eram homens (13 livres, 08 escravos e 04 forros) e 28 mulheres (11 livres, 13 escravas e 04 forras). Dois dos treze homens livre eram carpinteiros. A mulher forra, Quitéria de Souza, vivia de aluguel na casa de Manuel de Souza Pacheco, com sua família e mais quatro escravos seus.

Seis casas próprias e quatro alugadas representavam a paisagem da rua da Cadeya Velha (hoje Nogueira Tapety). A população deste logradouro, em 1762, era de 41 moradores arrolados em 18 homens (13 livres, 03 escravos, 01 forro e um índio) e 23 mulheres (11 livres, 06 escravas, 03 forras, 02 índias e uma índia forra). Presume-se que a categoria "índia forra" decorria da escravidão do indígena, logo após a homologação das leis que garantiam a sua liberdade. É provável que ela tenha obtido sua alforria com a sanção das leis de 06 e 07 de junho de 1755 ou devido ao Diretório dos Índios de 1757, que garantiam liberdade incondicional aos nativos do Brasil. Viveram nesta paisagem mista um sargento e um mercador. Distribuídos ao longo da rua da Cadeya Nova identificamos, além da nova cadeia, 13 moradias (04 alugadas) totalizando 38 residentes: 23 homens (14 livres, 08 escravos e 01 forro); 15 mulheres (12 livres, 02 escravas e uma forra). No que tange os bairros do Dezerto e Caquende elaboramos a tabela 2. No subúrbio da cidade, detectamos 88 moradias.

A análise dos índices parcialmente apresentados nos dá um prévio balanço sobre o comportamento social e urbano de Oeiras pombalina. Seguindo o raciocínio de Pedro Vasconcelos (2010, p. 112) e Diogo Fonseca Borsoi (2013), pode-se perceber um *dégradé* social bem mais complexo que uma suposta sociedade diática de senhores e escravos, dominantes e dominados. A paisagem urbana da cidade representada no censo expõe uma sociedade dinâmica, complexa e plural: forros puderam alugar casas e ter seus escravos, brancos pobres viviam de aluguel sem possuir escravos, irmandades detinham as principais residências da praça, casas térreas estavam alugadas por brancos, escravos e forros.

Havia homens que lucraram com a prática de alugar. Beatriz Bueno (2005, p. 146) mostrou que desde o período colonial os imóveis urbanos eram passíveis de compra, venda e aluguel, implicando em lucro para os que neles investissem. Estudando o censo de 1762, avaliamos que todos os 27 agentes envolvidos na prática do aluguel, com exceção das irmandades religiosas, não residiam em Oeiras, mas talvez em suas fazendas de gado, ou, quem sabe, em alguns casos, no litoral⁶. A ascensão da pecuária na colônia é concomitante à redução da exportação do açúcar produzido na Zona da Mata pernambucana e no Recôncavo Baiano, atraindo para os sertões alguns senhores de engenho interessados no gado e no couro. É interessante sublinhar o caso de Antônio Gonçalves Jorge. Uma rua próxima à praça recebeu o seu nome. Dos quatro edifícios localizados nesse logradouro, três lhe pertenciam e estiveram alugados.

⁶ Por exemplo, o criador de gado, Antônio José de Sousa Freire Tavares Castro Leal, morador de Salvador, possuiu duas fazendas de gado nos sertões do Piauí. Uma com o nome de Empoeira e a outra chamada de Ryacho. Ver AHU_ACL_CU_018, Cx. 8, D. 513.

Tabela 2 - Bairros do Dezerto e Caquende e suas tessituras social e material. Construção do autor segundo ACENTO das cazas próprias, e de aluguer q' ocupa os moradores da Cidade de Oeyras capitannia de Sa'Iozé do Piahuy', Suas Famílias, Pessoas de hum, e outro sexo, mossos, Escravos, Seus Subúrbios...

BAIRRO DO DEZERTO		
Casas	próprias: 12 alugadas: 02	Total: 14 (uma das casas alugadas serviu de açougue da cidade)
Homens	livres: 19 escravos: 13 forros: 02	Total: 34 01 marchante 01 cirurgião 01 vendeiro 01 ferreiro
Mulheres	livres: 14 escravas: 17 forras: 03	Total: 34
BAIRRO DO CAQUENDE		
Casas	próprias: 12 alugadas : -	Total: 12
Homens	livres: 05 escravos: 08 forros: 02 índios: 01	Total: 16
Mulheres	livres: 02 escravas: 01 forras: 07	Total: 10

(FALCI, 2001, p. 174 - 206).

Um dado que sobressai às nossas vistas diz respeito à diminuta presença do indígena na escala intraurbana de Oeiras. Será que poucos se revestiram da civilidade almejada para o convívio? Os parágrafos 87, 88 e 89 do Diretório dos Índios mencionavam o matrimônio e a sociabilidade entre brancos e gentios “para facilitar os ditos matrimonios, empregaraõ os Directores toda a efficacia do seu zelo em persuadir a todas as Pessoas Brancas, que assistirem nas suas Povoaçoes, que os Índios tanto não são de inferior qualidade...” (ALMEIDA, 1997). Neste caso, ao nosso ver, a cidade agiu como fronteira de repulsão aos nativos da capitania de São José do Piauí, por isso a congregação das comunidades indígenas ocorreu em três lugares de índios específicos, erguidos em outras partes da capitania: Nossa Senhora das Mercês de Jaicós (atual Jaicós - PI), São José de Sendé (Regeneração - PI) e São Gonçalo do Amarante (Amarante - PI).

Em 1772, dez anos depois da finalização do primeiro censo, a paisagem urbana de Oeiras praticamente manteve-se inalterada, apresentando, segundo o relatório do ouvidor Antônio José Morais Durão, 269 fogos e uma população híbrida de 1252 pessoas formada por brancos, mulatos, mestiços, vermelhos, mamelucos e pretos (AHU_ACL_CU_016, Cx.12, D. 684).

A permanência da paisagem nesse período parece valer-se da queda econômica sofrida pela pecuária (economia base da capitania), a partir de meados do Setecentos, e da ascensão da produção algodoeira no Maranhão, principalmente na jurisdição do julgado das Aldeias Altas (atual Caxias - MA), no qual a migração de comerciantes de diferentes praças ajudou a incrementar esse fenômeno na escala mundial e em nível do mercado interno. Isso acarretou em diversos debates proferidos pelas autoridades e elites locais com o Conselho Ultramarino a fim de trasladar a cidade para um sítio mais conveniente capaz de reestruturar as instabilidades econômicas. Cogitou-se na vila de Parnaíba por ter um perfil mais comercial e estar localizada a poucos quilômetros do oceano, assim como possuir importantes portos que serviram como ancoradouros de barcos e sumacas procedentes de diferentes partes da Colônia, em geral, Recife, Salvador, Aracati, Belém, São Luis e Rio de Janeiro. Com efeito, Oeiras perdeu o *status* de capital da província do Piauí em 1852, quando o corpo administrativo foi transferido não para Parnaíba como inicialmente se pretendia, mas para a planejada Teresina.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias manuscritas

Manuscritos do Projeto Resgate Barão do Rio Branco (listados por ordem de aparecimento no texto):

AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1771; AHU_ACL_CU_016, Cx. 2, D. 93; AHU_ACL_CU_016, Cx. 2, D. 96; AHU_ACL_CU_016, Cx. 1, D. 19; AHU_ACL_CU_016, Cx. 1, D. 35; AHU_ACL_CU_016, Cx. 2, D. 75; AHU_ACL_CU_016, Cx. 6, D. 378; AHU_ACL_CU_016, Cx. 9, D. 547; AHU_ACL_CU_016, Cx. 8, D. 504; AHU_ACL_CU_016, Cx.12, D. 684; AHU_ACL_CU_018, Cx. 8, D. 513.

Fontes manuscritas impressas

ACENTO das cazas propias, e de aluguer q' ocupa os moradores da Cidade de Oeyras capitannia de Sa'ozé do Piahy', Suas Famílias, Pessoas de hum, e outro sexo, mossos, Escravos, Seus Subúrbios, e Rebaldes, cazas , Rossas delles q' o Ilmo. Sr. Ioao Pereyra Caldas Governador da ditta Capitania mandou fazer, e averiguar por Domingos Barreyra de Macedo Capp.^{am} mor da mesma Cid.^e, e da Governaça della, que foy Escrivão o Luis Ant.^o Ribr.^o da mesma Governaça". In FALCI, Miridan Britto. "A cidade de Oeiras do Piauí". **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. Oeiras: Secretaria de Cultura, 2000. p. 174 - 206.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico (...)** autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes e latinos e offerecidos a El Rey de Portugal D. João V. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. p. 613. Disponível em <http://www.bbm.usp.br>. Acesso em 20.09.2015.

DIÁRIO da viagem de regresso para o reino, de João da Maia da Gama, e de inspecção das barras dos rios do Maranhão e das capitánias do Norte, em 1728. MARTINS, F.A. OLIVEIRA. **Um herói esquecido (João da Maia da Gama)**. Vol. 02. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colónias, 1944.

FALLA, que derigio a Assemble'a Legislativa do Piauyh no acto da sua installaçam o presidente da Província no dia 04 de maio de 1835. Disponível em <http://www.crl.edu>. Acesso em 02 de abril de 2010.

GARDNER, George. **Viagem ao Interior do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1975.

O LIVRO grosso do Maranhão. **ANNAES da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Vol. 66. Rio de Janeiro, 1948. 296 p

Fontes secundárias

ALMEIDA, Rita Heloísa. **O diretório dos índios**: um projeto de civilização no Brasil do sécul XVIII. Brasília: Editora UnB, 1997.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Renata Klautau Malcher de. **A urbanização do Mato Grosso no século XVIII**: discurso e método. 2 vol. Tese de doutorado. Lisboa, UNL, 2000.

ARRAES, Damião Esdras Araújo Arraes. **Curral de reses, curral de almas**: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII-XIX. Dissertação de mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 29.03.2012.

ARRAES, Esdras. Curral de reses, curral de almas: introdução à urbanização dos "Certoens" das capitánias do Norte (séculos XVII-XIX). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.58, p. 51-77, jun. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p51-77>

AZZI, Riolando. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época, Período Colonial. 5 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

BENDER, Barbara. Landscape and politics. BUCHLI, Victor (ed.). **The material culture reader**. Oxford and New York: Berg, 2002. p. 135-174.

BORSOI, Diogo Fonseca. **Nos traços do cotidiano: Cunha entre as vilas da serra cima e os portos da marinha (1776-1817)**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2013.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder (Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais)**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

BUENO, Beatriz P. Siqueira. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809. **Anais do Museu Paulista**, v. 13 (jan./jun.), São Paulo, 2005.

CARRERI, Francesco. **Walkscape: el andar como práctica estética**. Barcelona: Gustavo Gili SA, 2002.

CASEY, Edward. Imagining and the image. **Philosophy and Phenomenological research**, vol. 31, n. 04 (June), p. 475-490, 1971. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2105766>. Acesso em 20.09.2015.

COSGROVE, Denis. **Social Formation and Symbolic Landscape**. Medison: University of Wisconsin Press, 1998.

COSGROVE, Denis. **Geography and Vision: seeing, imagining and representing the world**. London: I.B. Tauris, 2008.

COSTA, Lúcio. A arquitetura jesuítica no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. vol. 5. Rio de Janeiro, 1941. p. 11 – 98.

AGBE-DAVIES, Anna; BAUER, Alexander A. (ed). **Social archeology of trade and exchange: exploring relations among people, places, and things**. Walnut Creek: Left Coast Press, 2010. p. 49 – 68.

DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: Ed. Alva-Ciord., 1997.

ENNES, Ernesto. **A guerra dos Palmares**. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1938.

FALCI, Miridan Britto. A cidade de Oeiras do Piauí. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. Oeiras: Secretaria de Cultura, 2000-2001. p. 165 – 205.

FERREIRA, Murilo Cunha (coord.). **Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII: conjunto histórico e paisagístico de Oeiras – dossiê de tombamento**. Teresina: IPHAN/ Regional do Piauí, 2010.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Cidades e vilas pombalinas no Brasil do século XVIII. CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (coord.). **Coletânea de estudos: Universo Urbanístico Português, 1415 – 1822**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998. p. 257 – 266.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 1999.

GUTIÉRREZ, Ramón. Reflexione para una Metodologia de Análisis Del Barroco Americano. **Simpósio Internazionale sul Barocco Latino Americano, Atti Del Simposio**. Roma: Instituto Ítalo Latino Americano, 1982. p. 367 – 385.

HOSKINS, W. G. **The making of the English landscape**. Harmondsworth: Penguin, 1985.

HOUISS, Antônio. **Grande Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LAZZARI, Marisa. Landscape of circulation in Northwest Argentina: workings of Obsidian and ceramics during the first millenium AD. AGBE-DAVIES, Anna; BAUER, Alexander A. (ed). **Social archeology of trade and exchange: exploring relations among people, places, and things**. Walnut Creek: Left Coast Press, 2010. p. 49 – 68.

LE GOFF, Jacques. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo, Edusp, 2001.

MARTINS, F.A. OLIVEIRA. **Um herói esquecido (João da Maia da Gama)**. Vol. 02. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colónias, 1944. p. 05 – 114.

MARX, Murillo. **Cidades no Brasil, terra de quem?** São Paulo: Edusp; Nobel, 1991.

NUNES, Odilon. **Pesquisa para a história do Piauí**. vol. 1. 2 ed. São Cristóvão – RJ: Ed. Artenova, 1975.

OLIVEIRA, Dom Oscar. **Os dízimos eclesiásticos do Brasil nos períodos da Colônia e do Império**. Belo Horizonte: UFMG, 1964.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão do Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Edusp, 2002.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Notas sobre o urbanismo no Brasil. Primeira parte: Período colonial. CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (coord.). **Coletânea de estudos: Universo Urbanístico português, 1415-1822**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. p. 485-505.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: 1500 – 1720**. São Paulo, Pioneira; Edusp, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2009.

SARAIVA, Maria da Graça Amaral Neto. Os rios e as cidades. MATOS, Artur Teodoro de.; MEDEIROS, Carlos Laranjo (org.). **Povos e Culturas (A cidade em Portugal: onde se vive)**. nº 02. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1987. p. 481 – 509.

SCHAMA, Simon. **Landscape and memory**. New York: Vintage Books, 1995.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Complexidade racial: mitos e realidade em duas freguesias de Salvador em 1775. FRIDMAN, Fania; ABREU, Maurício de. (org.). **Cidades latino-americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

Recebido em setembro de 2015

Aceito em novembro de 2015